



SAÚDE COLETIVA COMO TEMA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA¹

Angela Rodrigues Luiz

RESUMO

No contexto da interface da Educação Física com a saúde, destacamos a constituição do campo saúde coletiva e sua potencialidade para tematizar aulas de Educação Física no âmbito universitário e da educação básica. Tal proposição originou-se de uma pesquisa de doutorado cuja metodologia caracterizou-se como um estudo transversal, descritivo, com abordagem quantitativa e qualitativa. Detivemo-nos nas ementas das disciplinas que continham o termo “saúde” para evidenciar as concepções de saúde que compõe a formação inicial em Educação Física e destacar a potencialidade do tema saúde coletiva para compor estratégias de ensino que evidencie a realidade concreta e contextualizada, que produzam mudanças desencadeadas pela prática pedagógica significativa do professor de Educação Física.

PALAVRAS-CHAVE: educação física; saúde coletiva; currículo.

INTRODUÇÃO

Saúde coletiva é um termo que assume vários sentidos, dentre os quais, destacamos seu trato como campo científico e movimento social para serem abordados como tema de ensino nas aulas de Educação Física, tanto no contexto universitário quanto da educação básica. Debater e elaborar uma concepção contemporânea sobre saúde coletiva representa por si só uma estratégia de ensino que promove uma aproximação dos estudantes com aspectos históricos, sociais, estruturais, da relação saúde e doença que, pela incerteza do conhecimento, confronta diferentes olhares e empodera novos sujeitos para um protagonismo consciente frente ao sistema de saúde vigente.

Iniciativas do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Saúde (MS) somam esforços no âmbito educacional para reorientar a formação e a abordagem da saúde nos cursos de graduação da área (BRASIL, 2007a) e as políticas de atenção à saúde (BRASIL, 2007b) propondo a integração entre saúde, escola e Sistema Único de Saúde (SUS).

Por encerrar conhecimentos das Ciências Humanas e Sociais nas pesquisas em saúde, o campo saúde coletiva constitui interface legítima com a Educação Física escolar que, por

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.



sua constituição, ou quando abordado como movimento social, configura um tema emergente para composição de aulas, direcionando para uma formação influenciada por teorias críticas que buscam problematizar e superar concepções reducionistas e lineares da relação Educação Física e Saúde, e que compreendem saúde e doença a partir da realidade social e das condições de vida da população (MARTINEZ, 2014).

Este quadro teórico alinha-se à pesquisa de doutorado que investigou os cursos de Educação Física no estado de Goiás/Brasil e evidenciou a potencialidade de se compreender o percurso histórico constitutivo do campo saúde coletiva para as aulas nas escolas e nos cursos de formação inicial da área. Nesta direção, poder-se-á contribuir para a reflexão e apropriação do conhecimento docente sobre saúde coletiva, qualificando assim a atuação de professores de Educação Física nas escolas.

Neste sentido, no presente estudo temos como objetivo contextualizar a constituição do campo saúde coletiva e como a Educação Física pode tematizá-la nas aulas.

METODOLOGIA

A elaboração deste texto resulta da investigação desenvolvida durante o doutorado em Ciências da Saúde, realizado na Universidade Federal de Goiás (UFG), que objetivou conhecer as interfaces da saúde com a Educação Física nos cursos de formação inicial no estado goiano. A pesquisa foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital de Clínicas/UFG.

Tanto a Educação Física quanto a Saúde Coletiva foram áreas de interesse da pesquisa que compuseram a tese. A seu modo, cada área encerra uma composição histórica, a transformação da sociedade, com suas contradições, antagonismos e conflitos. Têm em sua base a sociedade, sua formação, suas regras de funcionamento, uma condição material. Pela interpretação destas condições, pode-se ampliar a compreensão de suas relações, bem como possibilitar transformações.

Pela natureza do objeto, com seu saber teórico e prático em meio a um universo dinâmico repleto de inter-relações políticas, sociais e culturais, delineamos a pesquisa como um estudo transversal, com caráter descritivo e com abordagem quantitativa e qualitativa.

O estudo transversal é utilizado para compreender fatos que parecem existir de modo constante no tempo. Para identificar esta possível existência o pesquisador apenas observa, cataloga e interpreta os dados, sem intervir ou manipular as variáveis de estudo. Configura-se



ainda pela identificação de uma determinada população e da descrição de suas características no tempo presente, “é como se fosse um retrato instantâneo de uma amostra representativa da população” (HADDAD, 2004. p. 49).

Uma abordagem quantitativa evidenciam dados, indicadores e tendências observáveis ou possibilita a produção de modelos teóricos com possível aplicação prática. Requer atenção do pesquisador para não reduzir sua objetividade em si mesmo, sem atingir o conteúdo e limitar a complexa vida social às enumerações. Por sua vez, a abordagem qualitativa possibilita conhecer processos sociais relacionados a grupos particulares, oportuniza a construção de novas abordagens, revisão e criação de novas categorias durante a investigação (MINAYO, 2013).

Na coleta de dados realizamos um levantamento na Plataforma e-MEC² para identificar a quantidade e identidade dos cursos de Educação Física cadastrados e em atividade no estado de Goiás/Brasil. Ainda na referida plataforma coletamos os dados institucionais referentes ao nome completo da instituição, modalidade dos cursos, site e endereço eletrônico, telefone institucional. Estabelecemos contatos telefônicos, virtuais e presenciais para ter acesso ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e, conseqüentemente, à Matriz Curricular que, pela descrição das disciplinas, evidenciou a interface da Educação Física com a saúde.

Foi considerado caso elegível todas as instituições de ensino superior, públicas ou privadas, que ofertam curso (licenciatura e bacharelado) de Educação Física no Estado de Goiás. A população deste estudo foi constituída por 15 (quinze) instituições que ofereciam 24 (vinte e quatro) cursos no estado de Goiás, até o mês de julho de 2014. E a amostra contou com 9 (nove) instituições e seus 17 (dezesete) cursos que disponibilizaram os PPC.

Cada PPC recebeu um número para sua identificação, respeitando assim as normas da Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012, que resguarda o anonimato, a autonomia, a não maleficência, a beneficência, a justiça e demais aspectos éticos da pesquisa que envolve seres humanos (BRASIL, 2012).

RESULTADOS

² Acesso pelo link: <http://emec.gov.br>



De modo geral os cursos ofertam em média 46 (quarenta e seis) disciplinas na Matriz Curricular. O termo saúde intitula no mínimo 01 (uma) e no máximo 06 (seis) disciplinas da matriz em 13 (treze) cursos, indicando que 76% dos cursos de Educação Física no estado goiano ofertam a disciplina “Educação Física e Saúde” na formação inicial.

De modo específico, para a composição deste texto, nos detivemos na análise dos cursos de licenciatura e das disciplinas que trazem a palavra saúde em sua nomenclatura. São 11(onze) cursos da modalidade licenciatura³ e enfatizam a formação de professores de Educação Física para atuar nas escolas da educação básica. Dentre os cursos de licenciatura 07 (sete) ofertam a disciplina “Educação Física e Saúde”, o que representa 64% dos cursos. A disciplina vem sendo ofertada com carga horária mínima de 60 horas/aula e máxima de 85 horas/aula, conforme dados apresentados nos PPC.

DISCUSSÃO

As ementas das disciplinas descritas nos PPC dos cursos de licenciaturas analisados nos possibilitaram identificar diferentes concepções de saúde que estão associadas aos modelos explicativos da relação homem-organismo-meio para determinar o processo de saúde e doença na história recente da sociedade ocidental (SILVA, 2014).

O trecho “[...] *necessidades humanas básicas e os aspectos históricos e psicossociais da pessoa humana e suas dificuldades relativas à qualidade de vida. Noções sobre higiene física e mental, individual e coletiva, correlacionadas à análise dos fundamentos biopsicossociais [...] (PPCI)*” remeteu-nos ao conceito estabelecido desde 1948 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que saúde é um completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doenças ou enfermidade.

Depreende desta abordagem o início da ampliação do conceito de saúde, uma vez que desencadeou debates e pesquisas sobre a contradição em manter-se o “completo estado de bem estar” em meio às transformações da sociedade. Indicado como utópico e inatingível, balizou outras abordagens em saúde com ênfase na qualidade de vida, na adoção de hábitos saudáveis e a prática de diversas modalidades afeitas à cultura corporal que atribuem sentido e significado à Educação Física.

³ Alguns PPC apresentam numeração maior que 11 (onze), pois foram classificados e identificados na composição geral da amostra que continha cursos de licenciatura e bacharelado.



Nesta direção, o PPC7 indica o “*estudo da relação entre a prática da educação física e as diferentes formas de práticas corporais, vinculadas às alterações sobre o corpo, a saúde humana e a qualidade de vida em uma perspectiva crítica*” e explicita um perfil comum aos cursos de licenciatura em Educação Física que buscam formar sujeitos críticos, detentores de conhecimentos específicos da área, em uma dimensão ampliada, capacitando os futuros profissionais para compreender as relações de trabalho, sua intervenção no processo produtivo e na realidade social, buscando mudanças e transformações.

Ainda que os cursos reconheçam a instituição médica, sob suas bases biológicas, como elemento constitutivo “de uma representação da Educação Física (EF) como sinônimo de saúde, via de promoção da saúde e criação de hábitos higiênicos” (DEVIDE, 2003, p. 139), intensificaram e ampliam o diálogo entre as áreas, pesquisas e a formação da Educação Física com as Ciências Humanas e Sociais, especialmente na década de 1980, conforme relata Ventura (2010).

Outra relação entre Educação Física e saúde passa a ser fortalecida. Além daquela que historicamente sobrepuja os conhecimentos médicos e biológicos que prevaleceram nos modelos de estudo positivistas, tendo como resultado o posicionamento da atividade física como produtora de saúde, em uma relação de causalidade em que atividade física, por si só, resulta em saúde. Investiu-se na relação que considera a saúde como uma questão multifatorial (alimentação, habitação, educação, renda, trabalho, transporte, lazer, entre outros), apontando para a necessidade de reconhecer explicações abrangentes e macroestruturais, produzidas pela sociologia e ciência política (DEVIDE, 2003; MARSIGLIA, 2013).

Os cursos investigados, especialmente no âmbito da disciplina “Educação Física e Saúde”, indicam debater a falsa consciência de que o exercício pode ser o único responsável pela manutenção da saúde individual, “imputando ao indivíduo a necessidade de práticas de exercício físico para a conquista da saúde, desconsiderando o descomprometimento público do governo nas políticas sanitárias, contribuindo, em última análise, para a culpabilização da vítima” (DEVIDE, 2003, p. 139).

A força das transformações outrora indicada podem ser identificadas em registros e disposições legais, tanto no Relatório da Conferência de Alma Ata, em 1978, quanto na Constituição Federal do Brasil, de 1988. E passam a compor a proposta das disciplinas “Educação Física e Saúde” à medida que indicam abordar “*políticas públicas de saúde e*



políticas públicas educacionais” (PPC10, PPC12) e investir na “*discussão sobre o papel do professor de Educação Física no Sistema Único de Saúde (SUS)*” (PPC7).

Nesta trajetória, os cursos de licenciatura em Educação Física em Goiás/Brasil reafirmam o compromisso do ensino vinculado à realidade social ao assumirem tematizar o conceito ampliado de saúde, de saúde pública e saúde coletiva no âmbito de suas disciplinas, expressam reconhecer *pari passu* as dimensões econômicas, sociais e políticas que determinam um conjunto de condições que compõe a concepção de saúde contemporânea.

O trecho “*análise das principais vertentes da discussão sobre atividade física e saúde, sobretudo, a promoção da saúde e a saúde coletiva*” (PPC7) nos remete ao conceito ampliado de saúde enunciado no âmbito da Reforma Sanitária brasileira, descrevendo que:

Em sentido amplo, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse de terra e acesso aos serviços de saúde. Sendo assim, é principalmente resultado das formas de organização social, de produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (BRASIL, 1986. p. 4).

Tal concepção reafirma a necessidade de reorientar a formação, a educação e o trabalho em saúde, trazendo à luz a atenção primária frisada na Conferência de Alma Ata. Explicita ainda a potencialidade dos saberes e práticas da Educação Física como ações que promovem saúde, compondo assim estratégias de políticas em saúde e educação no âmbito da saúde pública e coletiva.

Por considerar a atenção primária à saúde como uma assistência essencial baseada em métodos e tecnologias práticas, cientificamente fundamentados e socialmente aceitáveis, postos ao alcance de todos os indivíduos e famílias da comunidade mediante a sua plena participação e a um custo que a comunidade e o país possam suportar, com um espírito de auto responsabilidade e autodeterminações (BRASIL, 2002), alguns cursos de licenciatura em Educação Física reformularam suas matrizes curriculares com vista a garantir a abordagem do tema saúde pública e coletiva como elemento constituidor do perfil profissional dos egressos e para promover conhecimentos específicos da área que poderão ser transpostos da dimensão acadêmica para estratégias de ensino, que serão vivenciadas nas aulas de Educação Física nas escolas de educação básica.

Para referendar uma formação ampliada, generalista e crítica os cursos de licenciatura em Educação Física no estado de Goiás promovem o ensino de diversas disciplinas com



conteúdos afeitos tanto com a especificidade da área, quanto aos conhecimentos advindos das ciências humanas, sociais e biológicas. Na interface com a saúde os cursos expressaram atenção à atualidade dos temas, da concepção de saúde, da relação saúde e doença, reconhecidas no período vigente.

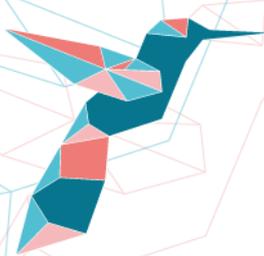
A concomitância que articula processos de formação e possibilidades de atuação pode ser expressa pelo trecho contido em uma das disciplinas analisadas que prevê abordar a *“atuação do profissional de educação física como membro de uma equipe multidisciplinar, que atua na prevenção e no tratamento das doenças crônicas não transmissíveis, bem como na promoção e manutenção da saúde individual e coletiva”* (PPC14).

De modo geral, os PPC e as ementas das disciplinas analisadas descrevem concepções críticas de formação e a inserção de um debate sobre saúde pública e coletiva que abranda a relação estritamente biologicista que outrora existia entre Educação Física e Saúde. A formação dos professores de Educação Física no estado pode contemplar o acúmulo de debate e história para alcançar o conceito ampliado de saúde, indicando assim potencialidade para abordar a saúde coletiva como tema das aulas.

SAÚDE COLETIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Os saberes acumulados durante a pesquisa de doutorado nos inspirou pensar a inserção do tema Saúde Coletiva nas aulas de Educação Física. Tal sugestão não pretende reafirmar ou se aproximar do paradigma da aptidão física, tampouco requerer para si um tempo pedagógico semelhante destinado aos demais conteúdos que atribuem especificidade à área. Pretendemos motivar a compreensão de um tema que se faz oportuno e atual, capaz de empoderar os sujeitos, além de subsidiar a elaboração de propostas críticas no ensino do tema saúde na escola.

Coadunamos com a proposta de formação continuada de professores de Educação Física apresentada por Antunes et al. (2008) e encontramos em nosso processo formativo elementos para compor novos temas, conteúdos e fundamentar nossa prática pedagógica cotidiana. Assumimos o desafio de construir e implementar uma estratégia de ensino que, fundamentada numa perspectiva crítica, dialoga com diferentes leituras e níveis de compreensão sobre a realidade presente nas aulas de Educação Física no âmbito universitário e da educação básica.



O professor de Educação Física ao assumir-se como mediador de conhecimentos lança-se em novas experiências para depois compartilhá-las com sujeitos que ainda não realizaram determinadas atividades sozinhos. Estabelece pelo ato de ensinar uma mediação pedagógica e promove a formação humana “resultado de aquisição/internalização de conhecimento de natureza instrumental, social e comunicativa, ao que chamamos formação humana ampliada” (ANTUNES et al. 2008, p. 152).

Ao sugerirmos o estudo da saúde coletiva como um tema, vislumbramos uma estrutura curricular que possibilitará o diálogo com o eixo temático, que incorpora conhecimentos advindos de diversas áreas, e com os conteúdos, que são aspectos específicos do tema abordados como saberes escolares. No quadro abaixo elaboramos uma sugestão que representa um direcionamento de organização curricular para o planejamento do ensino do tema sugerido, e explicita uma concepção resultante da produção coletiva na formação continuada descrita por Antunes et al. (2008).

Quadro 1 – Sugestão de abordagem do tema saúde coletiva nas aulas de Educação Física

Tema de Ensino	Conteúdo de Ensino	Recursos Metodológicos
Saúde Coletiva	<i>Conceitualização:</i> diversos conceitos sobre saúde, saúde pública e saúde coletiva.	Apresentar diversos conceitos e elaboração de um, provisório, que contemple a percepção coletiva, sobre saúde coletiva.
	<i>Contextualização Sócio Política:</i> relação da Reforma Sanitária com as políticas de saúde no Brasil.	Apresentar vídeos que retratam o movimento social da Reforma Sanitária, seus desdobramentos pela Constituição Federal de 1988, consolidação do SUS e políticas de reestruturação dos serviços de saúde.
	<i>Elementos Constitutivos:</i> serviços de atenção primária em saúde.	Identificar, visitar, conhecer os serviços de saúde disponíveis na cidade e as ações diretamente relacionadas com o professor de Educação Física.

Identificar a concepção de saúde vigente nos marcos regulatórios e a que é compreendida na perspectiva do sujeito comum, pode evidenciar um distanciamento deste com algumas proposições sociais e coletivas. Evidencia ainda o desconhecimento dos direitos e deveres do cidadão para com os serviços públicos. Nesta direção, quando o professor propõe conceituar saúde, saúde pública e saúde coletiva, poderá notar um flagrante desinteresse de sujeitos que, por sua faixa etária, não vivenciaram o movimento de constitucionalização da saúde pública no país. Contudo, são sujeitos receptivos a conhecer e ávidos por constituir novos percursos históricos em que possam atuar como protagonistas.



Para apropriar-se da concepção de saúde pública sugerimos ao professor uma trajetória de estudos que investigue o “campo de conhecimentos e práticas, historicamente constituído a partir do desenvolvimento das grandes Monarquias Nacionais, ao final da Idade Média na Europa” (MARSIGLIA, 2013, p. 33) e que se desenvolveu e alcançou outros continentes para o enfrentamento de grandes epidemias que ameaçaram o acúmulo primitivo de capital. Sem desconsiderar ainda o percurso brasileiro que redefiniu o atendimento à saúde a partir da seguridade social dos trabalhadores na primeira metade do século XX (MARTINEZ, 2014).

Para alcançar uma formulação, ainda que provisória, do conceito de saúde coletiva faz-se oportuno que o professor compreenda que ela “pode ser tratada como campo, núcleo, corrente de pensamento, movimento social, instituição e até mesmo disciplina” (MARTORELL, 2012, p. 38) e que na interface com a Educação Física tem promovido diálogos profícuos, outrora chamados de contra hegemônico, apontando características de superação e substituição relação tradicional legitimada pelo enfoque biológico.

O campo da saúde coletiva passou a ser delineado no início da década de 1970 quando professores, profissionais, estudantes, populares, promoveram encontros e discussões para vocalizar os interesses de classe sobre o acesso aos serviços de saúde, desencadeando uma posição de crítica sobre a realidade médica e social que determinava o contexto nacional (MARSIGLIA, 2013).

O professor pode aproximar, pela exibição de filmes e vídeos, os acadêmicos e estudantes da educação básica daquele contexto de reforma sanitária que possibilitou mudanças e atribuiu singularidade à organização do sistema de saúde com uma proposta universal inscrita na Constituição Federal de 1988. Em uma abordagem hodierna o professor pode abordar a estrutura organizativa de gestão e atendimento do SUS, bem como os programas Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) que podem exemplificar ações de intervenção da Educação Física em espaços não formal de ensino e promoção da saúde.

A apropriação desta realidade pode acontecer com visitas aos espaços e serviços de saúde que, além da concepção pragmática de uma “aula prática”, resultará em conhecimentos que descortinam a organização e adequada forma de utilização do sistema de saúde público no Brasil e especialmente na dimensão municipal. Nestas visitas podem ser esclarecidos, por exemplo, a estratificação dos níveis de atenção em saúde, com suas prerrogativas, responsabilidades, demandas de complexidade, custo e aporte tecnológico. A estratégia de



ensino pode também, desconstruir uma perspectiva hospitalocêntrica de saúde e empoderar os sujeitos para o provimento de condições individuais e coletivas de promoção e atenção à saúde.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As reflexões apresentadas neste texto destacam parte dos conhecimentos acumulados em uma etapa da formação continuada, o doutorado. Consideramos seus limites e parcialidade, mas investimos na potencialidade de debate sobre Educação Física e saúde para reafirmar uma formação inicial e atuação profissional referendada pela perspectiva crítica. Para tanto objetivamos abordar a constituição do campo saúde coletiva e como tematiza-lo nas aulas de Educação Física.

No que tange à formação ofertada nos cursos de Educação Física, especialmente no estado de Goiás/Brasil, sobre a interface com a saúde, fica evidente a proposta de ampliação dos conteúdos na tentativa de abarcar os conhecimentos históricos, políticos e sociais que compõem as determinações das duas áreas. A oferta da disciplina “Educação Física e Saúde” pode constituir-se como *locus* que desencadeará debates sobre saúde coletiva e deprender a elaboração de estratégias de ensino nas aulas de Educação Física na educação básica.

Vislumbramos que o tema saúde coletiva possa desencadear processos de ensino e aprendizagem que ressignificam a relação dos sujeitos com sua saúde, com os serviços de saúde, e destes com a Educação Física. Intensificando a renovação da interlocução entre as áreas pela mediação das ciências políticas e sociais.

Pretendemos ainda que o tema torne-se interessante e acessível para diversos contextos e níveis de escolaridade, optando-se por um tipo de metodologia que evidencie a realidade concreta e contextualizada, que produzam mudanças desencadeadas pela prática pedagógica significativa do professor de Educação Física.

Public Helth as Topic in Classes Physical Education

ABSTRACT

In the context of Physical Education interface with health, we pointed out the creation of the public health and its potential to thematize physical education classes in the university and basic education. This proposition originated from a doctoral research. The methodology was characterized as transverse and descriptive study, with quantitative and qualitative approach. We studied curriculum disciplines that contained the word "health" to highlight the health



concepts involved in the graduation in physical education and emphasize the potential of the public health theme to compose teaching strategies that have the concrete and contextual reality, that produce changes triggered by significant pedagogical practice of physical education teacher.

KEYWORDS: *physical education; public health; curriculum.*

Salud Pública como Asunto de la Clase de Educación Física

RESUMEN

En el contexto de la interfaz de Educación Física con la salud, se destaca la creación del campo de la salud pública y su potencial para tematizar clases de educación física en la universidad y educación básica. Esta proposición se originó en una investigación doctoral cuya metodología se caracterizó por ser un estudio transversal, descriptivo, con enfoque cuantitativo y cualitativo. Estudiamos la descripción de las disciplinas que contenían la palabra "salud" para poner de relieve los conceptos de salud que conforman la formación inicial en educación física y destacar el potencial del tema de salud pública para componer las estrategias de enseñanza que muestra el concreto real y produce cambios provocados por la práctica pedagógica significativa de profesor de educación física.

PALABRAS CLAVES: *educación física; salud pública; currículum.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Marina F. S.; AMARAL, Gislene A.; LUIZ, Angela R. Proposta curricular para a educação física: uma experiência a partir da formação continuada. *Motrivivência*, n. 31, p. 143-162, dez 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução 466*, de 12 de dezembro de 2012. Institui diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. *Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde*: objetivos, implementação e desenvolvimento potencial. Brasília: Ministério da Saúde, 2007a.

_____. *Decreto n. 6.286*, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm Acesso em: 23 jun. 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas Públicas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. *As cartas da promoção da saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

_____. *Relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde*. Brasília, DF, 1986. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/relatorios/relatorio_8.pdf Acesso em: 10 fev 2013.



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

DEVIDE, Fabiano P. A educação física escolar como via de educação para a saúde. In: BAGRICHEVSKY, Marcos; PALMA, Alexandre; ESTEVÃO, Adriana (Orgs.). *A saúde em debate na educação física*. Blumenau: Edibes, 2003. p. 137-150.

HADDAD, Nagib. *Metodologia e estudos em ciências da saúde: como planejar, analisar e apresentar um trabalho científico*. São Paulo: Roca, 2004.

MARTINEZ, Jéssica F. N. *Educação física e saúde pública: a inserção do profissional de Educação Física em um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Goiânia/GO)*, 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

MARSIGLIA, Regina M. G. Temas Emergentes em Ciências Sociais e Saúde Pública/Coletiva: a produção do conhecimento na sua interface. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.22, n.1, p. 32-43, jan-mar 2013.

MARTORELL, Leandro B. *Saúde coletiva e a reorientação da formação*. Goiânia: Editora UFG, 2012.

MINAYO, Maria C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

SILVA, Cláudia R. L. D. *Concepções de saúde na educação em enfermagem*. Curitiba: Appris, 2014.

VENTURA, Paulo R. V. *A educação física e sua constituição histórica: desvelando ocultamentos*, 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.